



**Programa de Pós-graduação em História
Social**

**Um Outro Compadrio:
Relações no mundo livre
forjadas pelo cativoiro**

Um Outro Compadrio:
Relações no mundo livre forjadas pelo cativo

Carlos Engemann

Uma outra possibilidade de interação entre as comunidades cativa e livre é pelo compadrio. O compadrio foi um elemento central na formação e na consubstanciação de relações de solidariedade na sociedade rural brasileira. No que tange a escravidão, até recentemente, tem sido relatadas pela historiografia duas esferas de consecução de padrinhos em espaços diferenciados e autônomos: uma na base escrava e outra, para fora do cativo. No entanto, partindo dos registros de batismos da Freguesia de São Pedro e São Paulo em Paraíba do Sul, foi possível, no período de 1871 a 1888, por ilação, inferir uma outra forma de plasmar laços de reciprocidade.

O que pudemos observar, partindo dos pouco mais de dois mil e seiscentos registros de batismo de escravos, foi uma considerável incidência de padrinhos livres ou portadores de sobrenomes indicativos de famílias livres. Isto é, separando os maiores proprietários, grosso modo, os que levaram mais de 20 escravos à Pia durante o período, o que equivale a uma média pouco superior a um batismo por ano, pode-se perceber que mais de trezentos e sessenta das mil trezentos e sessenta e nove ocorrências de grandes proprietários era com padrinhos livres ou com sobrenomes que o sugeriam. Temos então, que algo em torno de um terço dos filhos dos cativos levados ao batismo entre 1871 e 1888 era acompanhado de um potencial senhor de escravos.

E mais: há indícios, na verdade, da existência de uma comunidade de senhores, possível de deduzir pelos sobrenomes, que freqüentava a Pia para

conceder o sacramento da iniciação cristã a rebentos de seus cativos. Ocorre, ainda, que em poucos casos o padrinho era o proprietário da mãe do batizado. Stephen Gudeman e Stuart Schwartz encontraram um padrão semelhante em seu levantamento dos batismos do Recôncavo baiano. A explicação postulada pelos autores para a ausência de senhores apadrinhando escravos tem haver com as implicações morais e a perda de seu poder sobre os cativos, advindos desta postura.¹

Um dos poucos casos aos quais tivemos acesso e que o proprietário apadrinhou seus cativos foi o do Barão de São Carlos, Carlos Pereira Nunes. Em verdade, dos sessenta e seis cativos assentados no livro de batismo como propriedade do Barão, sete foram por ele mesmo apadrinhados. Embora a cifra de dez por cento possa parecer muito modesta, foi a mais elevada em todo o conjunto.

Uma Segunda, e mais freqüente, possibilidade da presença de livres como padrinhos de escravos é apadrinhando escravos de outros senhores. Esta Segunda modalidade de simbiose entre comunidades livre e escrava poderia, segundo supomos, se dar de duas formas, a saber. Uma primeira incidental, quando o padrinho comparece batizando apenas um escravo. Isso aconteceu em aproximadamente 40% dos registros. Nestes casos, é difícil postular qual a real intenção por trás do ato, ou mesmo inferir se a iniciativa visava a montagem de uma rede de solidariedade que alçaria o padrinho à esfera do proprietário do batizado ou se, por outro lado, seria uma ventura cativa buscando granjear alguma solidariedade no mundo livre.

¹ GUDEMAN, S. e SCHWARTZ, S. "Purgando o pecado original : compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII", in REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 43.

Uma outra forma destas duas comunidades, ou destas duas faces de uma mesma comunidade, tangenciarem mutuamente é por meio dos padrinhos 'preferenciais'. Estes seriam aqueles que batizam pelo menos dois afilhados de um dos grandes senhores. A princípio, pode-se imaginar que dois afilhados perante a um universo de mais de mil e trezentos casos, não seria exatamente preferencial, mas estamos tomando um universo de padrinhos potenciais abissalmente maior, por isso lograr batizar pelo menos dois escravos dos grandes senhores, já nos parece digno de nota.

Tabela 2: Padrinhos preferenciais especializados, proprietários dos seus afilhados e número de escravos apadrinhados (século XIX)

Padrinho	Proprietário	Afilhados
Albino José Machado	Domingos José Machado	2
Alfredo Augusto de Faria	Firmo Alvez Pereira	6
Antônio Gonçalves Viana	Manoel José Correa Tavares	5
Antônio José Ribeiro Guimarães	Firmo Alvez Pereira	2
Antônio Martins Viana	Fideliz José de Souza	2
Antônio Pinto Correa da Silva	João Correa Tavares	3
Aureliano Augusto Figueira	Firmo Alvez Pereira	3
Bento Pereira Nunes	Mariana Pereira Nunes	2
Clemente José Nunes	Ana Pereira Nunes	8
Ernesto José de Carvalho	Br/Bsa Santa Justa	2
Eugênio Pinto Vieira	João Jacinto do Couto	2
Felício Francisco da Silva	Januário Jorge Machado	2
Geraldo Emílio da Silva	Christóvão Rodrigues de Andrade	2
Jacinto Severiano	Antônio Manuel Ayrosa	6
Jerônimo Campbell	Januário Jorge Machado	3
João Joaquim Souza Machado	Firmo Alvez Pereira	7
João José dos Reis	Manoel José Correa Tavares	3
Jorge Marques de Paiva	Fideliz José de Souza	2
José Dionísio Ribeiro do Valle	Januário Jorge Machado	2
José Gomes Pereira	Antônio Manuel Ayrosa	3
José Rodrigues de Andrade	Barão Piabanha	2

José Soares de Oliveira	Maria Pereira Nunes	2
Júlio de Oliveira	Condessa do Rio Novo	2
Luiz Castilho	Baronesa de São Roque	3
Manoel José Correa Tavares	Fideliz José de Souza	3
Odorico Alvares de Oliviera	Visconde de Entre Rios	3
Pe. Antônio da Cunha Monteiro	Br/Bsa Santa Justa	2
Pedro Ferreira Roza	Victório Pereira Nunes	2

Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Entre os padrinhos 'preferenciais', podemos classificar duas estratégias que cremos pensadas e não casuais. A primeira estratégia pode ser classificada como especializada. Explicamo-nos: trata-se de padrinhos 'preferenciais' que parecem ter investido seu potencial em um único senhor, isto é, mesmo tendo batizado um número considerável de cativos, por opção ou condição, o fizeram de um mesmo senhor. A tabela 2, onde observa-se alguns padrinhos especializados, mostra que, embora a maioria seja de padrinhos de dois cativos, alguns indivíduos apadrinharam seis, sete e até oito cativos de um único grande senhor.

Este é o caso, por exemplo, de Clemente José Nunes, que foi responsável perante à Igreja Católica pela alma de oito escravos pertencentes à Ana Pereira Nunes. Embora se possa imaginar que provavelmente Clemente e Ana eram membros do mesmo clã, por compartilhar o sobrenome Nunes, isso não explica porque Clemente aparece apenas como padrinho de cativos de Ana, já que outros Pereira Nunes apadrinham escravos de vários proprietários simultaneamente.

Uma possibilidade para entender a repetição se deveria ao fato de que Clemente teria batizado os oito cativos em uma única cerimônia. Estava Clemente lá, à mão, e como bom cristão, não quis deixar perecerem no paganismo as pobres almas dos pequenos filhos das escravas que, então, os apresentava à Santa Madre Igreja. No caso de Clemente, isso é parcialmente válido, uma vez que são seis batismos realizados no dia 26 de julho de 1878 e outros dois em 9 de janeiro de 1878.

O mesmo se verifica com João Joaquim de Souza Machado, que apadrinhou sete escravos de Firmo Alves Pereira, todos no dia 05 de dezembro de 1878. Mas não corresponde, por exemplo, ao caso Antônio Gonçalves Viana, que apadrinhou escravos de Manoel Correa Tavares em 1878, 1879, 1882, 1883 e 1887. Assim também se deu com Jacinto Severiano que apadrinhou escravos de Antônio Manuel Ayrosa em 1880, 1881, 1883, 1885 e 1887. Temos então, duas possibilidades para o mesmo fenômeno. Ou bem os padrinhos 'preferenciais' poderiam ser ocasionais, isto é, batizando em uma única cerimônia um grupo de cativos do mesmo senhor, ou bem eram chamados a comparecer à Pia várias vezes, conferindo-lhes um caráter sempiterno.

Seja como for, numa única cerimônia ou em momentos diferentes, é possível que estes padrinhos, que raras vezes são eles mesmos grandes proprietários de escravos, possam estar se conectando à uma esfera mais seleta de senhores. Estes padrinhos, supomos, são elementos secundários na escala de grandeza de Paraíba do Sul. É possível até, que sejam foreiros, pequenos proprietários ou funcionários públicos, gente que vivia a orbitar os

senhores de seus compadres. Não descartamos, no entanto, que muitos tenham sido escolhidos pelos próprios escravos, principalmente os casos de menor frequência. A conveniência pode ter sido responsável por alguns casos, mas em boa medida este pode ter se constituído num dos fazeres possíveis a conectar elementos da comunidade de senhores com a esfera cativa.

Houve, no entanto, muitos outros casos de livres ou prováveis livres que chegaram à Pia para cumprir o papel de apadrinhar filhos de escravos de senhores de grandes plantéis. Estes outros padrinhos preferenciais poderiam ser chamados de 'conectores' uma vez que batizam filhos de escravos de vários senhores, formando, via comunidade escrava, uma rede de associação de entre proprietários e padrinhos. Sendo estes últimos, não mais especialistas, mas frequentadores de esferas diferenciadas do mundo livre. Um dos principais casos de que dispomos é o de Joaquim Correa de Souza, padrinho de nada menos que 23 pueris almas. Estas se dividiam entre os principais plantéis de nossa amostra da seguinte forma:

- . Do plantel de Ana Pereira Nunes: 5 afilhados
- . Do plantel de Antônio Pinto de Oliveira: 7 afilhados
- . Do plantel de Firmo Alves Pereira: 7 afilhados
- . Do plantel de Hilário Joaquim de Andrade(Br. Piabanha): 1 afilhado
- . Do plantel de Maria Pereira Nunes: 3 afilhados

Desse modo, parece-nos que ao alinhavar uma tecitura entre tão seletos proprietários, o próprio Joaquim Correa de Souza não apenas tirava um bônus

desta relação para si, mas também promovia uma espécie de circulação de bens simbólicos entre a mais alta sociedade, tornando-os ainda mais próximos uns dos outros, em suma agindo em bando.²

Outro caso a nos chamar a atenção é o de José Dutra da Silveira. Este, padrinho de dezessete crianças, também distribuídas entre os grandes plantéis da região. Os proprietários das mães de seus afilhados foram:

- . Do plantel de Antônio Pinto de Oliveira: 4 afilhados
- . Do plantel de Firmo Alves Pereira: 9 afilhados
- . Do plantel de Maria Pereira Nunes: 4 afilhados

Ambos estavam conectados às mesmas grandes figuras do café de Paraíba do Sul. Tanto José Dutra de Oliveira quanto Joaquim Correa de Souza partilhavam relações com Antônio Pinto de Oliveira, Firmo Alvez Pereira e Maria Pereira Nunes. Do mesmo modo ocorreu com João Martins de Oliveira. Os mesmos senhores eram donos de seus compadres. Trata-se, no fim de tudo, de uma rede de relações entre senhores e padrinhos da prole de escravos que, também conectava os senhores entre si. No caso João Martins de Oliveira a distribuição era a seguinte:

- . Do plantel de Ana Pereira Nunes: 1 afilhado
- . Do plantel de Antônio Pinto de Oliveira: 9 afilhados
- . Do plantel de Maria Pereira Nunes: 3 afilhados

² FRAGOSO, João. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (século XVI e XVII)". in TOPOI, n.1. 2000. pp.45-122.

Ainda não nos é possível compreender os mecanismos internos destas escolhas. O que nos parece claro é que não eram fortuitas e nem casuais. Embora as cerimônias coletivas também se confirmem para estes casos, a própria natureza diversa das operações faz com que sua incidência seja de pequena monta. Isso nos leva a pensar que os senhores poderiam promover uma festividade para batizar, quiçá na sua própria fazenda, carecendo de posterior assento no livro da freguesia. As festividades e recreações para amainar as agruras do cativo estavam em voga nos principais manuais agrícolas da época. Nesta ocasião, interesses de cativos e de livres poderiam se envolver em conluíus muito próprios.

É de se estranhar que estes padrinhos conectores não possuam inventários, ao menos neste período, nem tenham assumido posturas de destaque. Até onde pudemos apurar, trata-se de um conjunto de ilustres desconhecidos. Isto reforça a idéia de estratégia de ascensão social, ainda que de pequena escala, ao que tudo indica uma escala local, mais ainda assim uma estratégia.

Como recomendavam os autores mais publicados da época, citamos nominalmente Carlos Augusto Taunay,³ os senhores poderiam estar mitigando as mazelas de seus cativos promovendo festins, neste caso, supomos, por ocasião do batizado de seus filhos. Este mesmo evento certamente era interpretado de formas diferentes por grupos sociais distintos. Para os senhores, um rasgo de generosidade que manteria em paz a comunidade que lhe pertencia. Paz esta, não apenas promovida pela oportunidade de algum

³ TAUNAY, C. A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. MARQUESE, R. B. São Paulo: Cia. Das Letras. 2001. *passim*.

festejo, mas também pela consolidação do catolicismo conservador entre a sua escravaria. Esses autores também recomendavam a catolicização do plantel como outra forma de pacificar os espíritos, desencorajando as fugas e revoltas e ordenando a vida no cativeiro.

Para estes, os cativos, o momento não era apenas de festa, mas de política. Como já visto anteriormente, a consecução de padrinhos é uma das mais eloqüentes formas de aliança parental no Brasil, o que também já foi descrito para o cativeiro por autores como Ana Lugão.⁴ O interessante é que neste mesmo instante, os cativos poderiam lograr um padrinho extra-cativeiro para seus rebentos, raramente um grande proprietário, mas com uma frequência digna de nota, algum livre periférico à estes.

Fora o caso do Barão de São Carlos, já mencionado acima, – que é praticamente o único em que um grande senhor apadrinha um número considerável de cativos dentro da amostra disponível – os demais Pereira Nunes apadrinham cativos de outros senhores, ainda que do mesmo “clã”. Sendo os membros deste “clã” relativamente fáceis de serem localizados, podemos traçar, dentre pequenos, médios e grandes proprietários, um roteiro de apadrinhamentos preferenciais entre eles. Senão vejamos.

Os dados mostram apenas os casos em que ambos, padrinho e madrinha, eram Pereira Nunes ou Rabelo, ramos familiares interligados. Se somássemos a estes, os casos em que apenas figuram o padrinho ou a madrinha, teríamos uma tabela de mais de cento e setenta ocorrências, impossível de ser manejada. Em função disso, tomamos como emblemáticos

⁴ LUGÃO, A. M. The politic of kinship - compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil. In *THE HISTORY OF THE FAMILY*. Volume 5, Number 3, pages 287–298.

os dados descritos na tabela 3. A partir daí, é possível notar que não apenas o círculo de padrinhos é forte, mas no caso específico dos Pereira Nunes, o de madrinhas também o é. Isso não chega a ser exatamente uma surpresa, visto que na esfera dos grandes proprietários aparecem pelo menos três mulheres no grupo. Tal presença está a nos indicar que as mulheres Pereira Nunes poderiam assumir, em dados momentos, até onde sabemos, um papel de importância na esfera de relações políticas da família. Observa-se ainda, que o sobrenome Rabelo também pertencia ao mesmo grupo.

Tabela 3: Casos em que o proprietário e os padrinhos pertenciam à família Pereira Nunes

Proprietário da Mãe	Madrinha	Padrinho
Barão de São Carlos	Humbelina Pereira Nunes	José Carlos Pereira Nuens
Barão de São Carlos	Olímpia Pereira Nunes	Adolpho Pereira Rabello
Barão de São Carlos	Hermínia Pereira Nunes	Carlos Pereira Nunes
Barão de São Carlos	Olímpia Nunes Rabello	Carlos Nunes Rabello
Barão de São Carlos	Hermínia Pereira Nunes	José Carlos Pereira Nuens
Barão de São Carlos	Hermínia Pereira Nunes	Carlos Pereira Nune
Barão de São Carlos	Hermínia Pereira Nunes	José Carlos Pereira Nuens
Barão de São Carlos	Maria Charlier Pereira Nunes	Christóvão Pereira Nunes
Inocência Xavier Rabello	Perpétua Pereira Nunes	Felipe Pereira Nunes
Inocência Xavier Rabello	Georgina Pereira Nunes	Adolpho Pereira Nunes
Jacinto Pereira Nunes	Presciliana Pereira Nunes	Jacinto Pereira Nunes
João Carlos Pereira Nunes	Hermínia Pereira Nunes	Carlos Pereira Nune
José Pereira Nunes	Mariana Soares Pereira Nunes	Ognácio Pereira Nunes
Maria Pereira Nunes	Maphalda Pereira Nunes	Antônio Carlos Pereira Nunes
Victório Pereira Nunes	Inocência Pereira Nunes	João Carlos Pereira Nunes

Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Voltando ao Barão de São Carlos, temos pelo menos oito casos em que o padrinho e a madrinha eram Pereira Nunes também. As preferências parecem ter recaído sobre Hermínia Pereira Nunes e sobre o próprio Carlos Pereira Nunes. Este, por piedade ou por ambições políticas, parece ter tido uma certa predileção pelo apadrinhamento de cativos. Talvez, seja este tipo de comportamento descrito por Henry Laurens que falava do amor do qual se julgava merecedor face ao bom tratamento que concedia a seus escravos.⁵

Se esta era realmente uma forma de construir redes de reciprocidade, o que de modo algum significa igualdade,⁶ ela foi projetada a seis mãos – senhores, padrinhos e escravos – cada par torcendo-a segundo seus interesses e ambições. Nos diagramas que seguem tentamos mostrar partes destas redes que abrangiam praticamente todos os grandes senhores, embora com número de laços diferentes.

O primeiro diagrama apresenta a rede montada a partir de Ana Perira Nunes, esta mesma rede segue em diagramas posteriores alterando as posições de ego. Indivíduos como Joaquim Correa de Souza e João Martins de Oliveira Costa, já o afirmamos, aparecem vinculados e vinculando os principais produtores da região. Um dos dois, ou em alguns casos ambos, conectam Ana Pereira Nunes a Hilário Joaquim de Andrade (Barão de Piabanha), a Firmo Alves de Pereira, a Maria Pereira Nunes e a Antônio Pinto de Oliveira. Já as conexões de Domingos José de Santana, aqui detectadas, se estabelecem exclusivamente por meio de Cândido Martins de Lima.

⁵ MARQUESE, R. B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004. p. 246.

⁶ RIBEIRO, João Luiz Fragoso. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (século XVI e XVII)". in TOPOI, n.1. 2000. pp.45-122.

O diagrama 1 tem seqüência nos diagramas 3, 4, 5, e 7. Se juntarmos todos os supostos vínculos, veremos que a rede se enlaça, no mais das vezes, por mais de um padrinho em cada conexão. Os diagramas 1, 3 e 7, mais complexos mostram o quanto a família Pereira Nunes estava enraizada nessa região. É difícil dizer, quem ocupava o espaço central neste esquema, ou quem auferia maiores benefícios. Nos parece que, sendo uma das opções de plastificação das reciprocidades ou mesmo como um momento de dons e contra-dons imateriais, pais, padrinhos e senhores, tinham em mente muito mais do que o sacramento católico.

Diagrama número dois apresenta um quadro diverso do anterior. Trata-se de um dos proprietários com maior freqüência de escravos batizados, perfazendo um total de 124 num período de dezessete anos. Isto equivale dizer que sua escravaria obteve, no mínimo, uma média de 7,3 rebentos a cada ano. O que daria um mínimo de 15 a 20 mulheres férteis, considerando um intervalo intergenésico entre dois e três anos. Tomando por base a composição demográfica da Fazenda São Fidélis, pertencente ao Barão de Santa Justa e que apresenta uma configuração nem tão equilibrada quanto a de Santa Cruz, nem tão concentrada quanto uma fazenda plenamente inserida no tráfico de almas, é possível estimar uma ordem de grandeza de 80 escravos (+/- 20) no plantel de Antônio Manuel Ayrosa.

Sendo proprietário de uma escravaria deste porte, é de estranhar que o número de vínculos capturados seja tão diminuto. No entanto, o que postulamos aqui é que este é apenas um dos mecanismos de inserção nas redes de reciprocidade, não o único. Ademais, segundo os estudos de João

Fragoso para a formação da nobreza da terra, nos séculos XVI e XVII, a nobreza se organiza em bandos,⁷ que além das alianças também produziam rivalidades. O fato é que Ayrosa poderia estar sofrendo algum tipo de resistência. O que pode indicar que trata-se de um proprietário recém chegado, ou ao lugar ou ao *locus* de grande.

De modo semelhante, observa-se o diagrama de Firmo José Pereira. Este proprietário apresentou 53 crianças, prole de suas escravas, ao batismo nos dezessete anos em questão. Trata-se de outro dos proprietários que mais levou almas à Pia da Freguesia de São Pedro e São Paulo. Assim como Ayrosa, a frequência de padrinhos 'preferenciais' na iniciação cristã de seus inocentes não foi tão grande quanto a de outros cafeicultores. É possível que o mesmo que ocorreu com Manuel Ayrosa tenha se dado com Firmo.

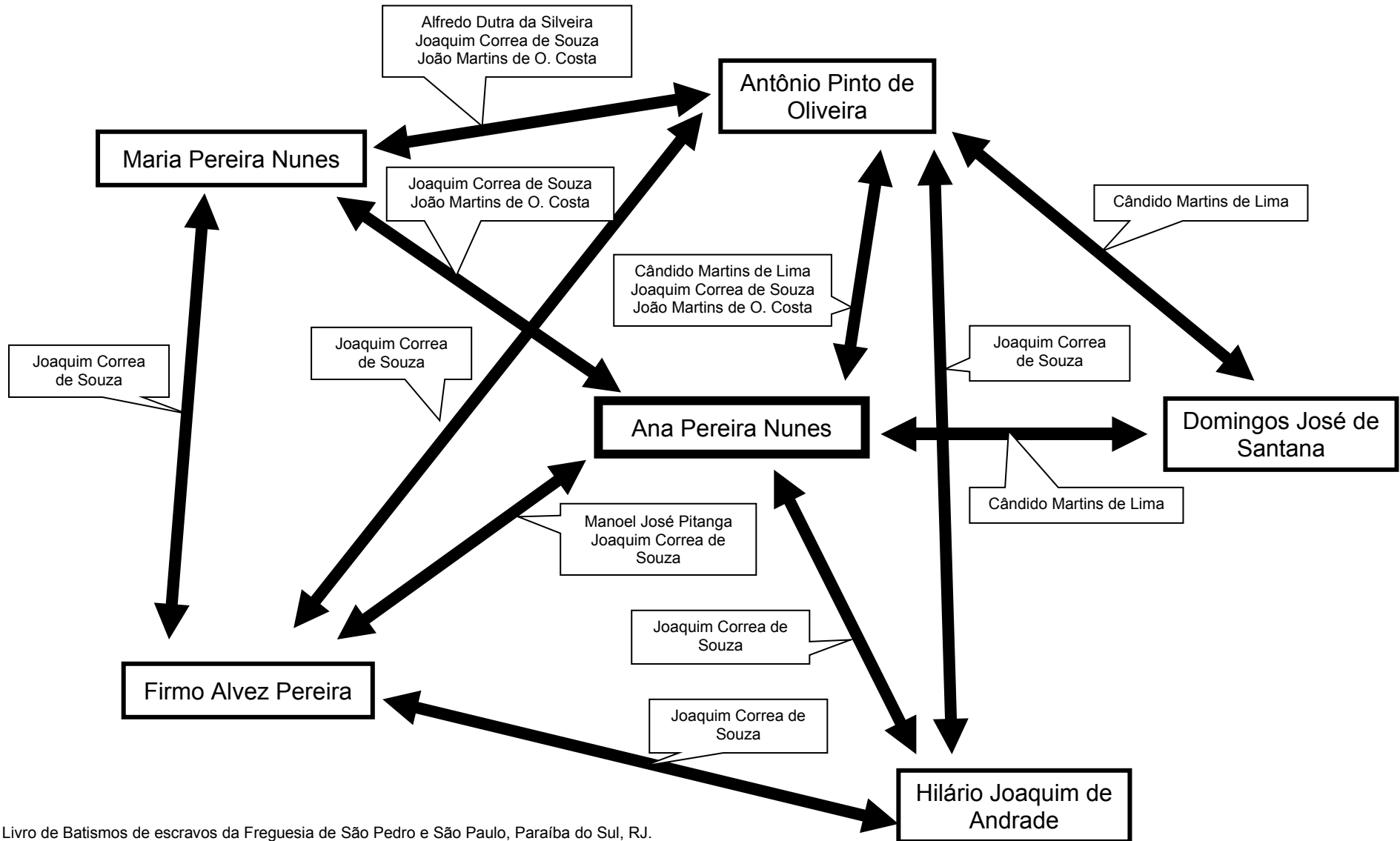
Se estivermos minimamente corretos em nossa disquisição, talvez tenhamos uma forma alternativa de explicar a ausência de senhores batizando seus próprios escravos observada por Gudeman e Schwartz na Bahia do século XVIII. Além do envolvimento moral e da possível perda de autoridade do senhor-padrinho, moralmente comprometido com seu escravo-afilhado, poderíamos aventar uma explicação de ordem antropológica. Cada rebento de seu plantel batizado por si mesmo seria uma possibilidade de dar substância às relações de reciprocidades tecidas no seio de sua comunidade, que se perderia. Não queremos dizer que estas se formassem no batismo dos cativos, mas ganhavam corpo sócio-cultural neste momento.

De todo modo, fica mais ou menos claro, que estas esferas – a dos grandes cafeicultores, a dos livres que circulavam socialmente e a dos

⁷ Idem.

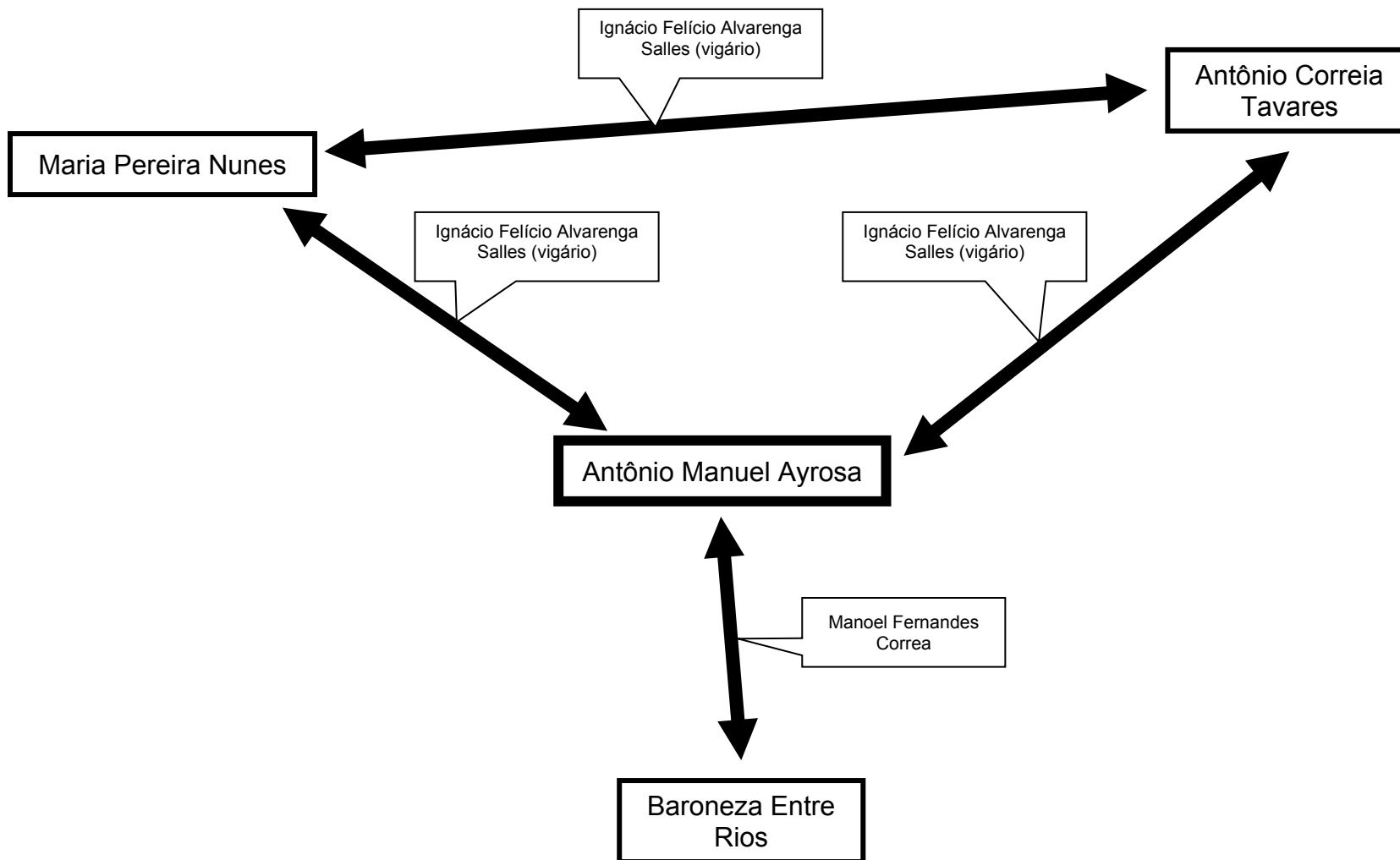
escravos – se mesclavam para compor um cenário único, com cada ator desempenhando um papel definido. Mas, no fundo, a trama da história entrelaça os personagens, nas trocas materiais e imateriais que requerem contra-dons e, assim, fazem girar uma economia política fundamentada em um hierarquia social de tipo estamental e excludente.

Diagrama 1: Distribuição dos vínculos entre senhores a partir dos padrinhos de seus escravos na Freguesia de São Pedro e São Paulo tomando como Ego Ana Pereira Nunes, Vale do Paraíba, século XIX.



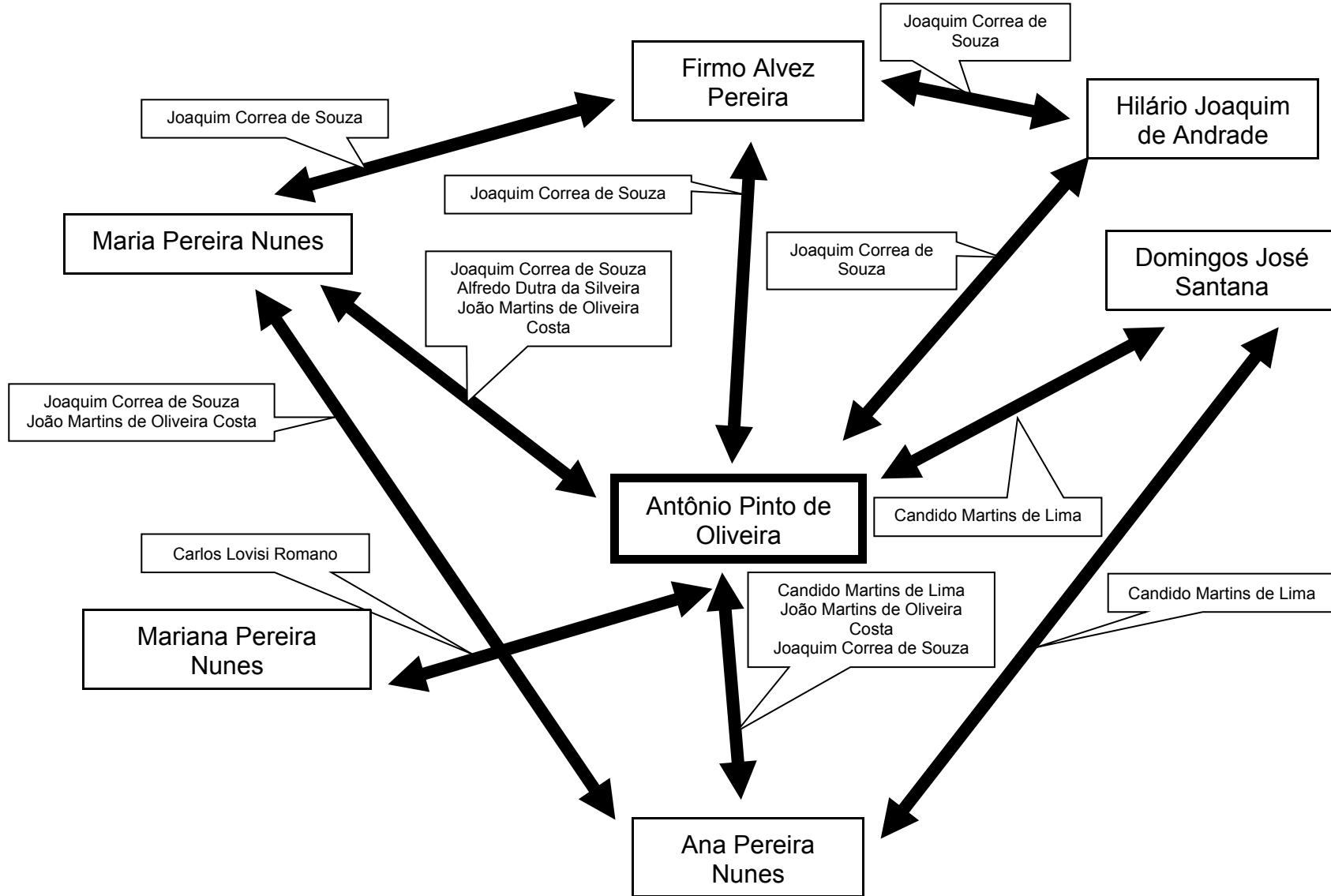
Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Diagrama 2: Distribuição dos vínculos entre senhores a partir dos padrinhos de seus escravos na Freguesia de São Pedro e São Paulo tomando como Ego Antônio Manuel Ayrosa, Vale do Paraíba, século XIX.



Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Diagrama 3: Distribuição dos vínculos entre senhores a partir dos padrinhos de seus escravos na Freguesia de São Pedro e São Paulo tomando como Ego Antônio Pinto de Oliveira, Vale do Paraíba, século XIX.



Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Diagrama 4: Distribuição dos vínculos entre senhores a partir dos padrinhos de seus escravos na Freguesia de São Pedro e São Paulo tomando como Ego Firmo Alvez Pereira, Vale do Paraíba, século XIX.

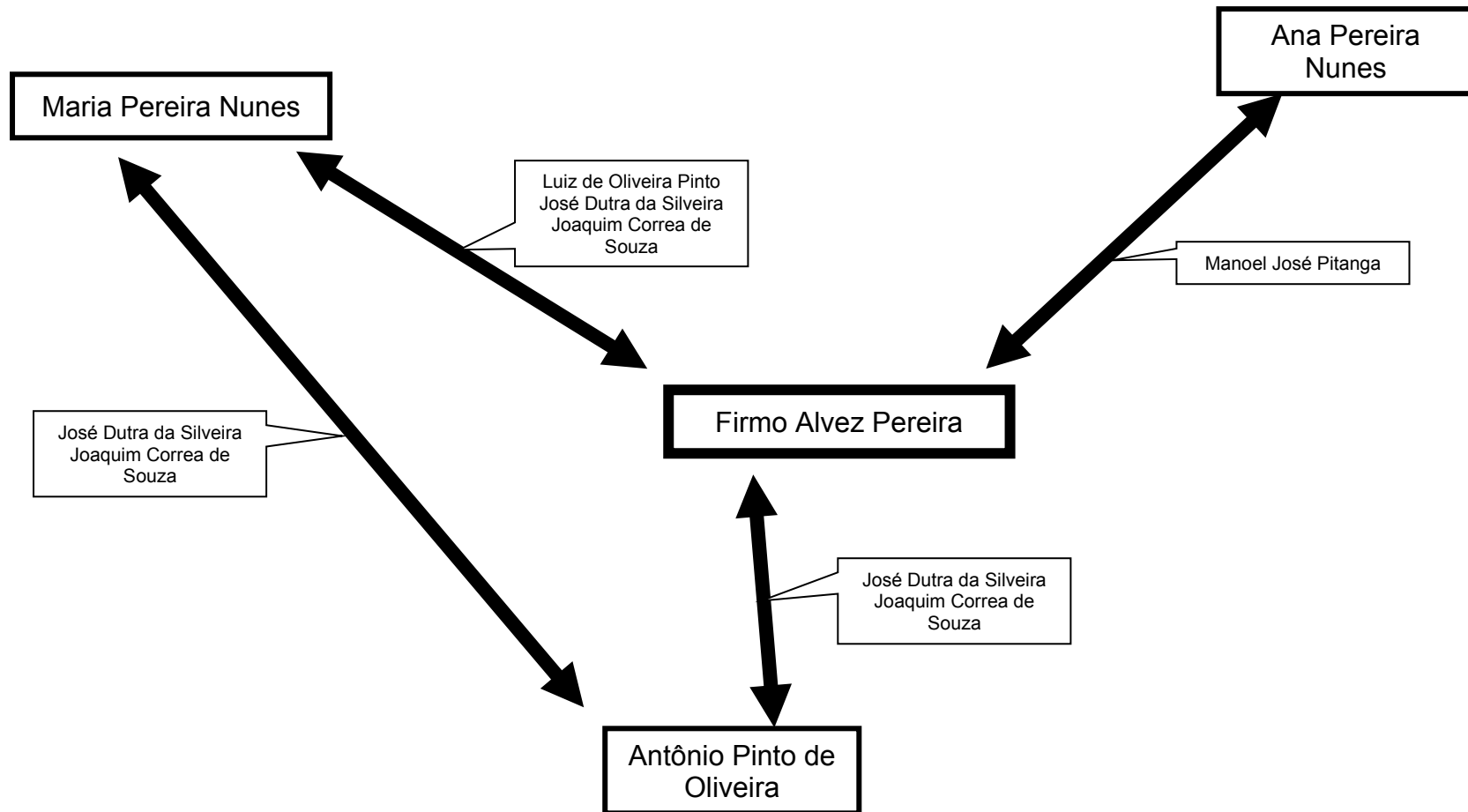
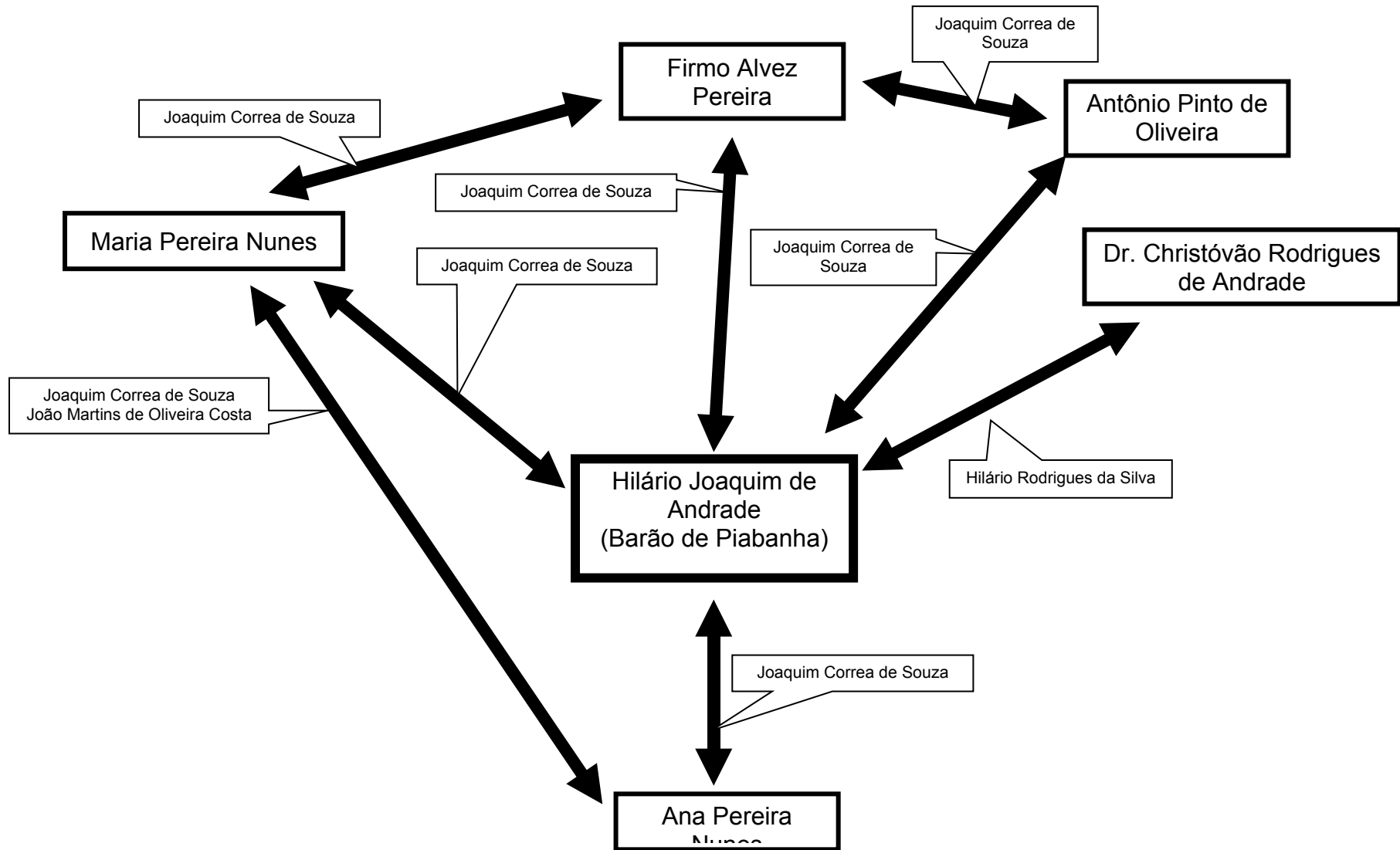
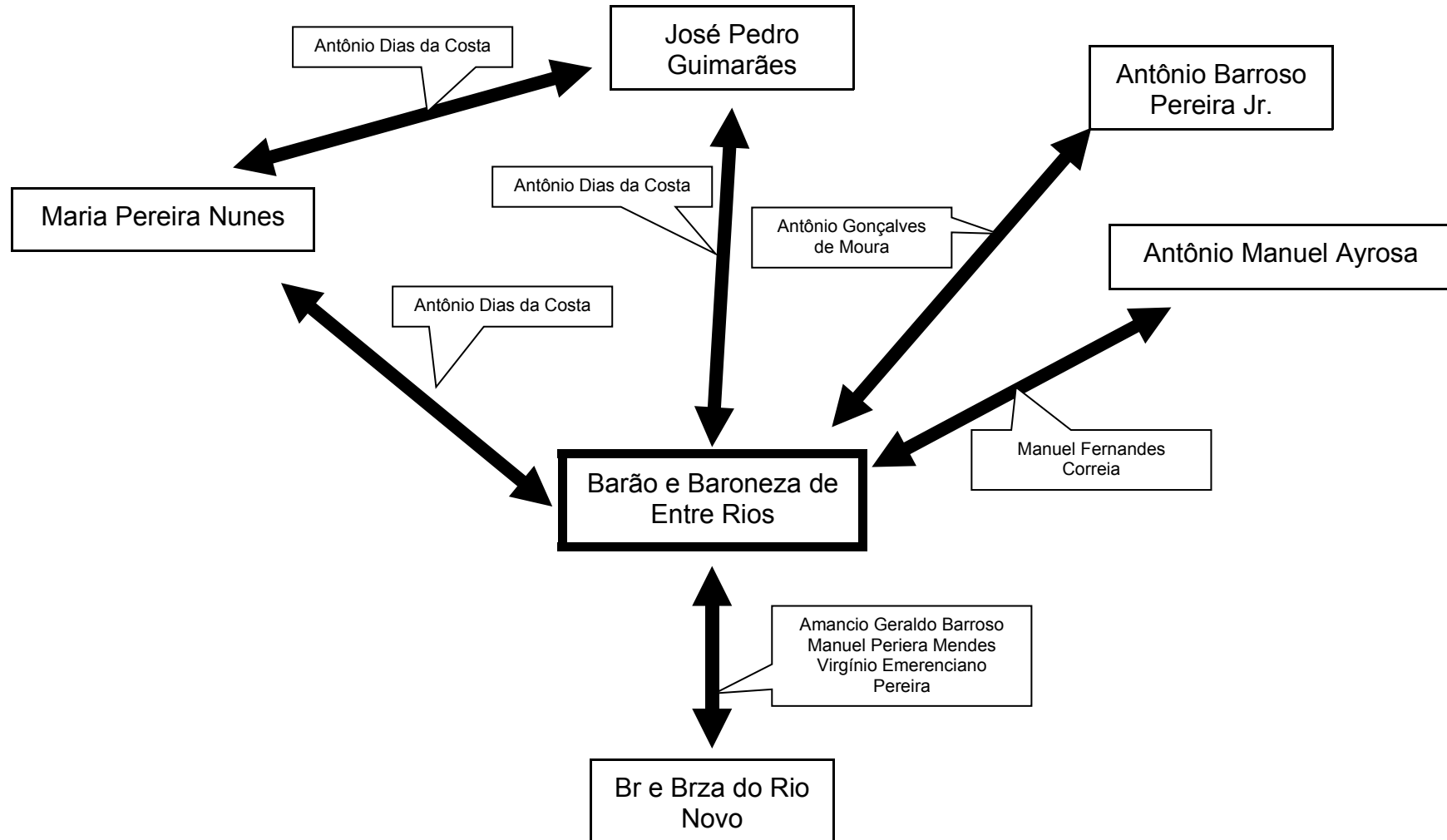


Diagrama 5: Distribuição dos vínculos entre senhores a partir dos padrinhos de seus escravos na Freguesia de São Pedro e São Paulo tomando como Ego Hilário Joaquim de Andrade (Barão de Piabanha), Vale do Paraíba, século XIX.



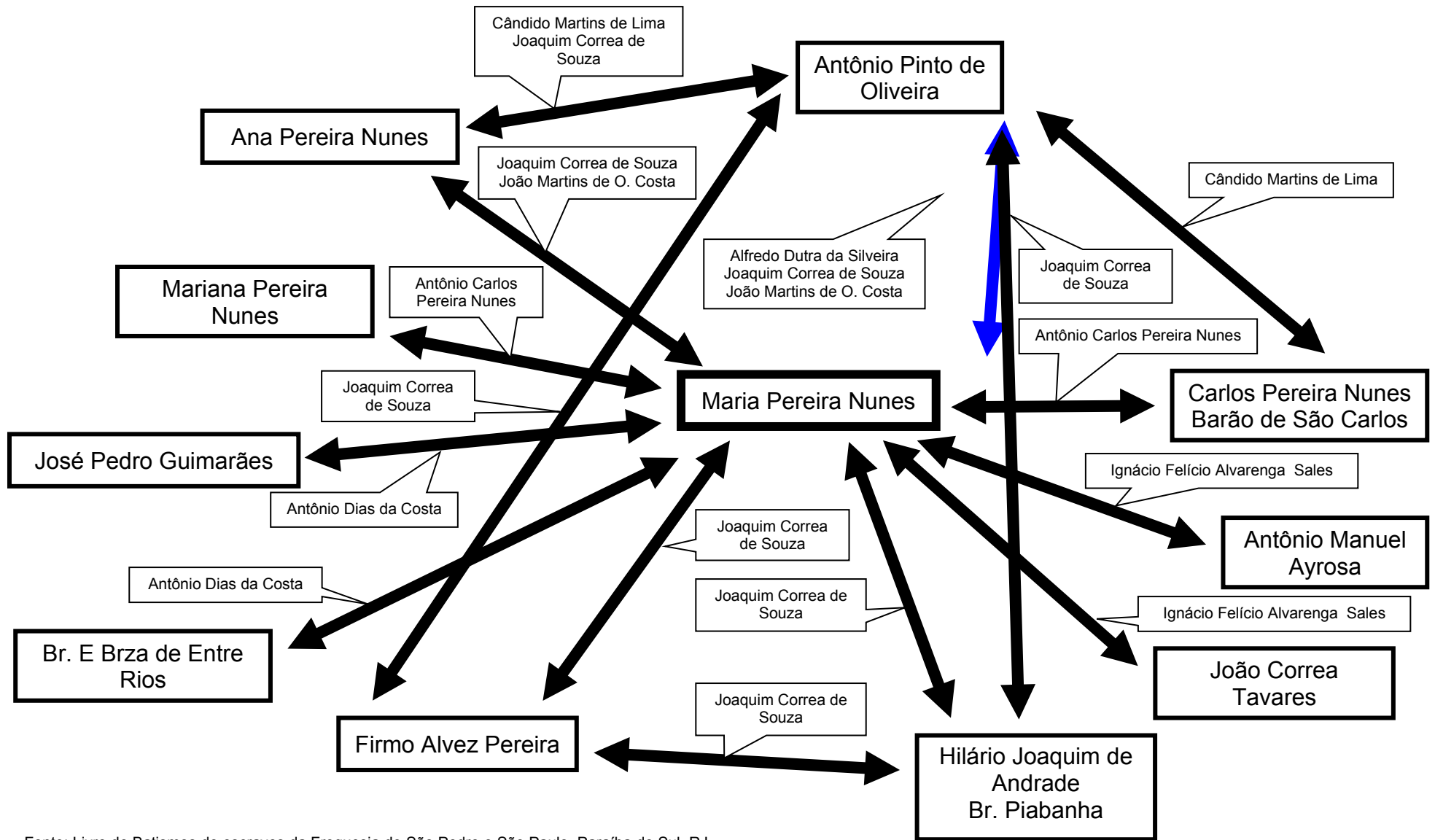
Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Diagrama 6: Distribuição dos vínculos entre senhores a partir dos padrinhos de seus escravos na Freguesia de São Pedro e São Paulo tomando como Ego Barão e Baroneza de Entre Rios, Vale do Paraíba, século XIX.



Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Diagrama 7: Distribuição dos vínculos entre senhores a partir dos padrinhos de seus escravos na Freguesia de São Pedro e São Paulo tomando como Ego Barão e Baroneza de Entre Rios, Vale do Paraíba, século XIX.



Fonte: Livro de Batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, Paraíba do Sul, RJ.

Fontes

Fontes Manuscritas

Inventários post-mortem, Arquivo Nacional (RJ):

- Ana Cândida Barbosa
- Ana Theodora da Silva Reis
- Antonio Luiz dos Santos Werneck
- Barão de São Roque
- Barão e Baronesa de Piabinha
- Barão e Baronesa de Santa Justa
- Baronesa da Paraíba (Carolina Rosa de Azevedo, viúva do Barão da Paraíba)
- Calixto Cândido Gonçalves
- Com. Ignácio Pereira Nunes
- Com. Joao Correa Tavares
- Com. Manuel Aguiar Vallim
- Condessa do Rio Novo
- Damazo José de Carvalho, Alferes
- José Cardoso dos Santos
- José Joaquim de Abreu Castelo Branco
- Luiza Maria de Assunção
- Magdalena Maria Pereira
- Manoel Joaquim de Oliveira
- Maria Jacinta de Macedo
- Pascoal Cosme dos Reis
- Porcina de Paula Dias
- Rosa Luíza Azevedo (viúva do Com. Manoel Joaquim de Azevedo)

Inventário dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791, Arquivo Nacional (RJ).

Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres. Acompanha uma relação dos escravos a serviço naquela fazenda, 1815 – Biblioteca Nacional (II - 34, 33, 8)

Fontes Impressas

Resolução nº 144 de 1837, de autoria do Deputado Rafael de Carvalho membro da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. Imperiais (I-PAN-14.8.837-Car.rs - Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis - R. J.).

REYS, Manoel Martins do Couto. “Memórias de Santa Cruz”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo V. 1843.

Bibliografia

- CASTRO, H. M. e SCHNOOR, E. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1995.
- ENGEMANN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- FAZENDA, Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tomo 95, vol. 149 (2ª edição). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1943.
- FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda (orgs). *Ensaio Sobre a Escravidão (I)*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
- _____ e GÓES, José Roberto. *A Paz da senzala*. RJ: Civilização Brasileira, 1997.
- FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra. 1988.
- FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e GOUVÊA, Maria de F. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- FRIDMAN, Vânia. *Donos do Rio em nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

- GOLDSCHMIDT, Eliana Maria R. "Compadrio de escravos em São Paulo colonial", in: *Anais da 8a Reunião Anual da SBPH*. São Paulo, SBPH, p. 81-3, 1989.
- GUIMARÃES, E. S. *Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, Segunda Metade do século XIX*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2001.
- LUGÃO, A. M. The politic of kinship - compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil. In *THE HISTORY OF THE FAMILY*. Volume 5, Number 3, pages 287–298.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Religião do Povo*. Rio de Janeiro: Ed. Paulinas. S/D.
- MARCILIO, Maria Luiza et alii (org.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, Fundação SEADE/ ABEP/ IUSSP/ CELADE, 1990, p. 237-243.
- MARQUESE, R. B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1982.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Clássicos Jackson. Vol. XX. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores. 1952.
- RIBEIRO, João Luiz F. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (século XVI e XVII)". in *TOPOI*, n.1. 2000.
- _____. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII". *Tempo* - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.
- SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.
- TAUNAY, C. A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. MARQUESE, R. B. São Paulo: Cia. Das Letras. 2001.